

Perspectivas Locais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar em uma Comunidade Indígena de Aquidauana-MS

Nilzelenete Leite Antonio Rodrigues, Raquel Pires Campos

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos maiores programas de segurança alimentar do mundo. O programa objetiva a regionalização da merenda escolar, incentivando o uso de alimentos da agricultura familiar, com alimentação saudável e contextualizada aos alunos. No entanto, há poucas pesquisas sobre o programa em escolas e comunidades indígenas. Este trabalho tem por objetivo obter uma visão local sobre o PNAE em escolas indígenas, em especial na Aldeia Bananal-Taunay, em Aquidauana/MS. Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, observações no município e em escolas indígenas da região de Aquidauana-MS. Informações levantadas foram utilizadas como instrumento para discussão e avaliação do PNAE neste contexto. Vale ressaltar a importância da avaliação do programa a partir da perspectiva dos beneficiários, embora seja algo desafiador, uma vez que requer compreensão do ponto de vista de quem está diretamente envolvido no processo. Avanços positivos são evidenciados nas informações coletadas e identificados desafios em relação ao PNAE nas escolas indígenas. É fundamental fortalecer a participação dos agricultores indígenas no PNAE para promover o desenvolvimento econômico sustentável, aonde a diversidade cultural e nutricional das comunidades seja refletida na alimentação escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades tradicionais, Alimentos tradicionais, Terenas.

ABSTRACT

The National School Feeding Program (PNAE) is one of the largest food security programs in the world. The program aims to regionalize school meals by promoting the use of locally sourced food from family farming, providing healthy and contextualized meals to students. However, there is a lack of research on the program in schools and indigenous communities. This study aims to obtain a local perspective on the PNAE in indigenous schools, particularly in Aldeia Bananal-Taunay, Aquidauana/MS. Bibliographic and documentary research, as well as observations in the municipality and indigenous schools in the Aquidauana-MS region, were conducted. The information gathered was used as a tool for discussion and evaluation of the PNAE in this context. It is important to highlight the significance of evaluating the program from the beneficiaries' perspective, although it can be challenging as it requires an understanding of the viewpoint of those directly involved in the process. Positive advancements were identified in the collected information, along with challenges related to the PNAE in indigenous schools. Strengthening the participation of indigenous farmers in the PNAE is fundamental to promoting sustainable economic development, where the cultural and nutritional diversity of communities is reflected in school meals.

KEYWORDS: Traditional communities, Traditional foods, Terena.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também conhecido como merenda escolar, é uma política pública de segurança alimentar e nutricional de longa duração e abrangência. Gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desde a década de 40, a introdução da merenda escolar representa um avanço significativo no desenvolvimento da educação e na universalização do ensino no país. Nas

últimas décadas, o PNAE tem ampliado sua abrangência em termos de valores e cobertura populacional^{1,2,3}.

A implementação do PNAE tem sido reconhecida como um fator importante para melhorar o desempenho escolar, uma vez que proporciona uma alimentação saudável que supre as necessidades nutricionais das crianças e melhora seu desenvolvimento cognitivo. Além disso, a oferta de produtos saudáveis, preferencialmente provenientes da agricultura familiar local, é uma das características positivas do programa, promovendo a regionalização da merenda escolar^{4,5}. Desta forma valoriza a tradição da produção de alimentos no Brasil e reconhece a importância da agricultura familiar na economia do país.^{6,7,5}

É fundamental garantir uma alimentação de qualidade considerando a fonte dos alimentos, as propriedades nutricionais, assim com a forma como são preparados e servidos aos alunos., sendo a participação de nutricionistas no planejamento das refeições essenciais para o sucesso do programa⁴. É importante oferecer capacitação às cozinheiras escolares no preparo das refeições de forma saudável e saborosa, pois contribui para alcançar os objetivos do PNAE, criando um impacto positivo no aprendizado das crianças e no seu desenvolvimento escolar⁸.

No contexto de comunidades indígenas, deve-se entender que a alimentação nas suas escolas vai além do “fornecer refeições balanceadas”, sendo essencial considerar o contexto cultural dessas comunidades ao tomar decisões sobre o cardápio, pois a alimentação tem um valor simbólico e cultural significativo. Mesmo em aldeias próximas às cidades, a cultura alimentar pode ser diferente, exigindo cuidado especial na preparação das refeições para os alunos indígenas⁹.

A alimentação escolar nas comunidades indígenas tem demonstrado importância não apenas em estudos acadêmicos, mas na mídia de maneira geral, o caso da terra indígena Yanomami é um extremo, mas uma realidade de comunidades isoladas ou distantes de grandes centros urbanos. Diversos estudos destacam a relevância desse programa no contexto da

alimentação e nutrição das crianças, alguns abordando em especial comunidades indígenas, assim como no seu desempenho escolar^{10,11}. Papel fundamental na qualidade da educação e na saúde dos alunos, a partir da produção de alimentos pelas próprias comunidades tradicionais, pode ser uma importante fonte de refeições saudáveis e culturalmente adequadas nas escolas indígenas^{12, 11}.

Em Mato Grosso do Sul, as comunidades tradicionais, como os Terena em Aquidauana, possuem uma produção significativa de alimentos em suas terras, demonstrando potencial para oferecer ingredientes frescos e nutritivos nas refeições escolares. Considerando a grande população indígena do estado, essa produção local pode contribuir para garantir o acesso a alimentos de qualidade nas escolas, respeitando a cultura e os hábitos alimentares das comunidades^{13,1}.

Desta forma, o presente trabalho buscou levantar uma visão do fornecimento da produção local para o PNAE, incluindo a perspectiva local da comunidade indígena da aldeia Bananal, que possui duas escolas naquela localidade, apresentando aspectos, o ponto de vista de quem ali vive, perspectivas e demandas em relação ao PNAE nas escolas da comunidade.

MÉTODOS

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de artigos encontrados nas ferramentas “Scifinder”, “Periódicos CAPES” e “Google Scholar”. Além de pesquisa bibliográfica foi realizada pesquisa documental, a partir de dados em plataformas governamentais e coleta de informações sobre a realidade nos últimos 5 anos. Para informações sobre os recursos e valores repassados para a alimentação escolar, buscou-se informações fornecidas pelas secretárias responsáveis pela gestão dos recursos destinados à alimentação escolar, além de informações do portal da transparência.

O número de alunos na rede pública foi obtido através do EducaCenso, em relação aos alunos indígenas considerados nos cálculos realizados para obtenção dos valores estimados de repasses do PNAE às escolas indígenas, os dados foram obtidos pelo número de matrículas em escolas indígenas disponibilizadas pelo EducaCenso, não necessariamente pela autodeclaração, uma vez que o valor por aluno do PNAE considera a unidade escolar em área indígena, ou seja, escola indígena. Vale ressaltar, porém, que há alunos que se autodeclaram indígenas em outras unidades escolares, não indígenas.

RESULTADOS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública brasileira voltada para a alimentação escolar, com origem na década de 1940. Inicialmente, a iniciativa partiu de movimentos sociais que arrecadavam fundos para oferecer alimentos aos alunos nas décadas de 1930 e 1940. Embora o governo não tenha participado diretamente dessa iniciativa inicial, reconheceu a importância de uma política desse tipo para incentivar a frequência escolar e combater a desnutrição infantil. No entanto, na época, o governo justificou sua incapacidade financeira para subsidiar essa política^{16,1}.

A partir da década de 1950, o governo brasileiro assumiu uma postura mais ativa na oferta de alimentação escolar, resultando na criação da Campanha da Merenda Escolar em 1955. Em 1979, o programa evoluiu para o Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE), ampliando sua proposta de suplementação alimentar e se tornando uma importante política pública de desenvolvimento. Atualmente, a gestão do PNAE é realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que garante a distribuição dos recursos financeiros para estados e municípios^{16,17,18}.

O PNAE incentiva e promove o consumo de produtos da agricultura familiar local, principalmente a partir de 2009 com a promulgação da Lei nº 11.947/2009 que indica a destinação de 30% dos recursos do PNAE à agricultura familiar¹.

O estado de Mato Grosso do Sul possui mais de 70 mil estabelecimentos agrícolas, sendo mais de 40 mil de famílias que integram a Agricultura Familiar, ainda sim, é o estado com menor área dedicada a agricultura familiar do país, dedicando menos de 5% de sua área agrícola à Agricultura Familiar¹⁵. Possui a segunda maior população indígena do país, onde a etnia Terena é uma das mais representativas e conhecida por ser uma etnia dedicada e de forte apego à agricultura tradicional,

Alimentação escolar em escolas indígenas

Embora sejam necessários, os estudos sobre a implementação e eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em escolas indígenas são escassos, principalmente no que se refere a artigos científicos, entre os trabalhos encontrados embora possam ser encontradas monografias, dissertações e teses com esta temática. É essencial ampliar o escopo de pesquisas que avaliem o programa em todas as regiões do país, a fim de assegurar que seus objetivos sejam alcançados de forma abrangente, com avaliações aprofundadas sobre a implementação e eficácia do programa, levando em consideração os contextos indígenas¹⁹.

A alimentação em escolas indígenas é crucial para políticas públicas de saúde, auxilia na promoção de melhores índices nutricionais em comunidades vulneráveis. Além disso, uma alimentação saudável nessas escolas é fundamental para a permanência e acesso à educação de qualidade. A composição da alimentação escolar é um instrumento relevante para coletar dados nutricionais e embasar políticas de saúde indígena^{20,21,19}.

As comunidades indígenas nem sempre são consideradas no fornecimento da produção local para a alimentação escolar, o que afeta a nutrição e o desempenho dos alunos. É nesse

contexto que a regionalização da merenda se faz mais importante, pois familiariza os alunos com os alimentos oferecidos, aumentando a adesão. Alunos em áreas remotas enfrentam longos deslocamentos sem alimentação, tornando a regionalização ainda mais crucial para garantir acesso à comida e estimular o interesse na escola^{22,23}.

No entanto, é necessário capacitar os produtores locais para atenderem às exigências do PNAE e fornecerem alimentos de qualidade²². Com assistência técnica adequada, será possível aumentar a oferta de alimentos regionais nas escolas, promovendo uma alimentação saudável e valorizando a cultura alimentar das comunidades indígenas.

Agricultura Familiar e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF

A agricultura familiar em terras indígenas tem enfrentado desafios devido à expansão do agronegócio e à exploração de recursos naturais nas áreas indígenas, no entanto, existem iniciativas positivas em todo o país. Essas iniciativas incluem capacitações, estímulo à produção agroecológica, apoio à organização dos produtores e parcerias entre comunidades indígenas e instituições governamentais e não governamentais, visando atender ao crescente interesse do mercado por alimentos saudáveis e sustentáveis. Valorizar a produção local e diversificar as culturas são fatores importantes para fortalecer esse setor, além de promover sua participação nas compras do PNAE²⁴.

Atualmente o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário da Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), bem como, a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais). A inscrição no CAF é requisito básico para obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, e substituirá a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para fins de acesso a

todas as políticas públicas que têm esse documento como requisito. O número de CAFs do estado, especialmente indígenas, demonstra a situação delicada e justifica o pouco envolvimento de produtores tradicionais nas relações com licitações do PNAE, a falta de conhecimento dos procedimentos burocráticos também é um agravante. Na região de Aquidauana, envolvendo ainda Nioaque e Miranda, cidades com comunidades indígenas da Etnia Terena, o número de CAFs ativos dessas comunidades coloca Aquidauana em uma posição nada adequada, com uma população de mais de 6 mil indígenas em distribuídos em duas terras indígenas demarcadas, possui apenas 8 CAFs ativos, comparada com Miranda, que possui praticamente a mesma população da mesma etnia e possui 62 CAFs, comprova que a região requer atenção.

É essencial implementar efetivamente os princípios do PNAE no dia a dia das escolas, porém, é necessário avaliar o desempenho do programa e identificar demandas específicas para promover melhorias contínuas na alimentação escolar indígena¹⁴.

Nesse Contexto, a iniciativa Catrapovos surge como um instrumento que visa promover debates em prol da regionalização da alimentação escolar, atuando em diversas frentes, tanto na capacitação dos produtores da Agricultura Familiar, quanto na capacitação de cozinheiras e suporte em questões burocráticas que facilitem a aquisição de alimentos tradicionais de produtores locais, melhorando a qualidade da merenda ofertada, ao mesmo tempo em que trabalha em prol da economia local.

O PNAE e as Escolas Indígenas da Rede Pública de Mato Grosso do Sul

O número de alunos na rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul tem se mantido estável na rede municipal, com cerca de 350 mil alunos matriculados anualmente. Porém, na rede estadual, houve uma queda no número de alunos nos últimos cinco anos. Estima-se que em 2023 a quantidade de matrículas em toda rede pública do estado seja próxima a 550 mil, com base na média dos anos anteriores.

Em relação aos alunos indígenas, houve aumento no atendimento na rede pública. O número de alunos indígenas nas escolas municipais e estaduais do estado aumentou de 16.055 em 2018 para 19.340 em 2022.

Na rede municipal de Aquidauana, existem atualmente 1.108 alunos em escolas indígenas da rede municipal e 300 alunos em escolas da rede estadual. A aldeia Bananal possui duas unidades escolares, uma estadual e outra municipal, com um total de 375 alunos.

O repasse por aluno do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para escolas indígenas aumentou de R\$0,64 para R\$0,86 por dia, resultando em um repasse anual de mais de R\$65 mil apenas para escolas da aldeia Bananal. Segundo o portal da transparência federal, em 2022, o município de Aquidauana recebeu aproximadamente de R\$620 mil do PNAE, porém, empenhou mais de R\$1,1 milhão na aquisição de alimentos da agricultura familiar, beneficiando Agricultores Familiares da região e de outros municípios, uma vez que são poucos produtores com Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) no município, contando ainda com apenas 8 CAFs indígenas do município que podem participar de licitações do PNAE.

O repasse total do PNAE para o estado de Mato Grosso do Sul teve um aumento de 31,5% em 2023 em relação ao ano anterior (embora tenha sido noticiado 35%, o cálculo real está próximo à 31,5%), podendo ultrapassar os R\$78 milhões (FIGURA 01), onde pelo menos R\$23 milhões devem ser destinados à Agricultura Familiar. O município de Aquidauana terá aumento nos valores recebidos do PNAE, podendo ultrapassar os R\$900 mil neste ano.

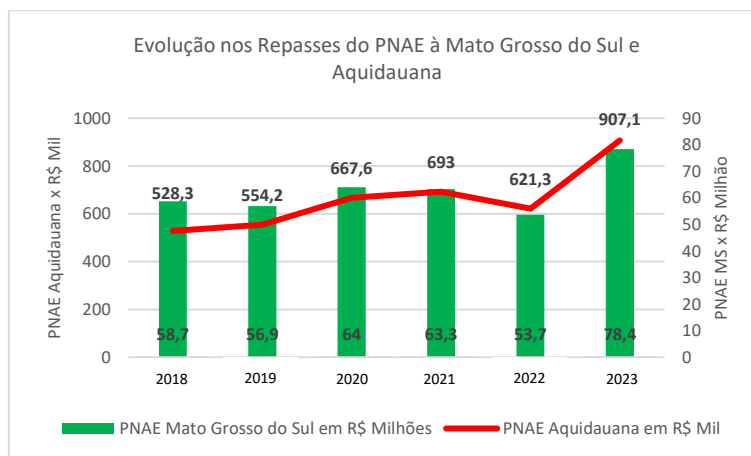


FIGURA 01: Evolução nos repasses do PNAE para escolas da rede pública de Mato Grosso do Sul, em verde, e de Aquidauana, em vermelho, gráfico demonstra diferença nos valores ao longo dos últimos 5 anos.

Fonte: Portal da Transparência Federal.

Os valores do PNAE repassados às escolas indígenas da rede estadual e a aquisição de alimentos da agricultura familiar evoluíram, tanto em termos de montante recebido quanto em valores de alimentos adquiridos. Na região da aldeia Bananal, há apenas um produtor familiar cadastrado para participar de licitações do PNAE. A Associação das Mulheres Indígenas Aldeia Imbirussú (AMIAI) é uma das fornecedoras de pães para a alimentação escolar em Aquidauana.

O número reduzido de agricultores familiares cadastrados na região reflete o fato de que Mato Grosso do Sul possui a menor área destinada à agricultura familiar no país. Aproximadamente 40 mil famílias são cadastradas como agricultores familiares, ocupando apenas 5% da área agrícola do estado. Cerca de 28% dessas famílias possuem cadastro para serem fornecedoras do PNAE, mas não há ainda, dados específicos sobre a quantidade de famílias indígenas aptas a participar de licitações do programa.

DISCUSSÃO

Com base nos resultados apresentados, é possível identificar um potencial de movimento financeiro significativo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em escolas indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, em especial para produtores da Agricultura

Familiar em terras indígenas. O número de alunos indígenas matriculados nas escolas municipais e estaduais tem aumentado nos últimos anos, passando de 16.055 em 2018 para 19.340 em 2022 isso se dá ao comprometimento e conscientização dessas comunidades com a educação de seus filhos e na luta por melhoria no atendimento educacional.

Em Aquidauana, escolas indígenas da rede municipal de educação contam com 1.108 alunos e da rede estadual com mais 300, apenas na aldeia Bananal, são duas unidades escolares com 375 alunos ao todo, em relação à repasses, o potencial de movimentação direto do PNAE ultrapassa os R\$65 mil para o ano de 2023, isso sem contar o incremento nos valores da merenda escolar feitos pela prefeitura ou governo do estado.

Antes de falar sobre a o potencial de movimento financeiro do PNAE, é importante salientar que existem duas formas de gerenciamento dos recursos do PNAE; a centralizada, quando a secretaria de educação recebe os recursos e gerencia a aquisição e destinação dos alimentos às escolas; e a escolarizada, quando o recurso é destinado diretamente às escolas, e estas realizam o gerenciamento dos recursos e aquisição dos alimentos. A rede estadual do Mato Grosso do Sul é adepta do sistema escolarizado, já o município de Aquidauana adota o sistema centralizado.

Houve um aumento no Valor por Aluno (VPA) para o 2023, passando de R\$0,64 para R\$0,86 por dia. Isso resulta em um repasse anual de quase R\$250 mil apenas para as escolas indígenas de Aquidauana. Em 2022 município de Aquidauana recebeu cerca de R\$620 mil do PNAE, por lei seria obrigado a empenhar ao menos R\$186 mil na aquisição de alimentos da agricultura familiar, porém, empenhou mais de R\$1,1 milhão segundo a licitação do ano de 2022, isso demonstra um forte comprometimento com a alimentação escolar, e com a Agricultura Familiar. Escolas Indígenas da rede estadual apresentam um aumento constante ao longo dos últimos 5 anos, assim como a participação da Agricultura Familiar (FIGURA 02),

porém essa participação ainda é tímida devido ao potencial local e os 30% indicado pelas diretrizes do PNAE.

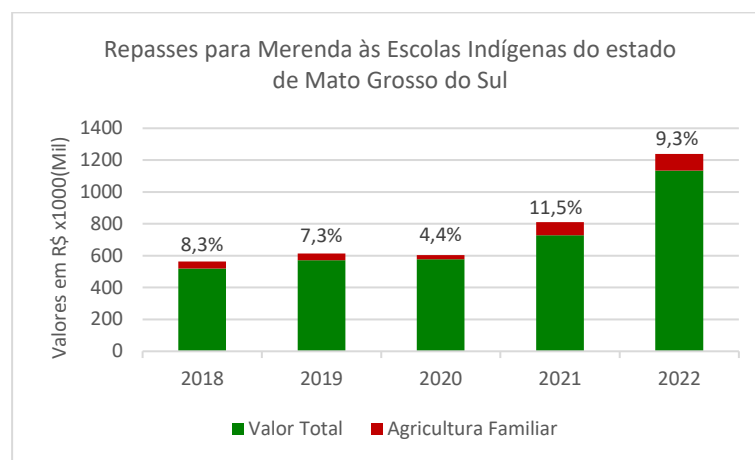


FIGURA 02: Repasses às escolas indígenas da rede estadual de Mato Grosso do Sul ao longo dos últimos 5 anos, valores expressos em reais vezes mil, em vermelho escuro, a representação da porcentagem dos valores recebidos que foram gastos com alimentos da Agricultura Familiar.

Fonte: Coordenadoria de Alimentação Escolar (COALE) de Mato Grosso do Sul.

Com o aumento nos valores de repasse do PNAE, o estado de Mato Grosso do Sul deve receber para 2023 cerca de R\$78 milhões, deste valor, ao menos R\$23 milhões devem ser destinados à Agricultura Familiar. Para o município de Aquidauana, estão previstos ao menos R\$90 mil para o corrente ano.

Apesar do aumento nos valores repassados às escolas indígenas e para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, há uma limitação de produtores cadastrados na região. Mato Grosso do Sul possui a menor área destinada à agricultura familiar no país, e apenas 28% das aproximadamente 40 mil famílias cadastradas podem participar de licitações e serem fornecedoras do PNAE, na realidade indígena esse percentual é ainda menor.

A quantidade específica de famílias indígenas aptas a participar de licitações do programa ainda não foi determinada em todo o estado. No entanto, em relação a Aquidauana, é evidente que o número de Cadastros Nacional da Agricultura Familiar (CAFs) é extremamente baixo em comparação com o número de indígenas e o tamanho das comunidades do município. Apenas 8 CAFs estão disponíveis entre os produtores indígenas de Aquidauana.

Para ilustrar a magnitude dessa baixa participação, pode-se observar que Miranda, cidade vizinha, possui 62 CAFs em suas comunidades indígenas (FIGURA 03).

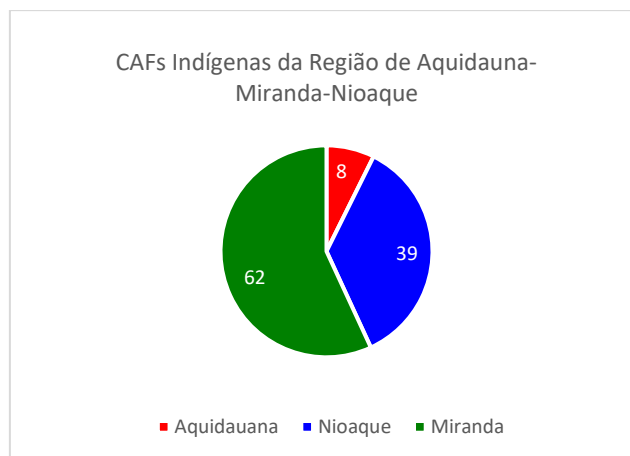


FIGURA 03: Número de CAFs indígenas na região dos municípios de Aquidauana, Miranda e Nioaque.

Fonte: Coordenação de Cadastro do Agricultor Familiar – COCF/SAF/MAPA

Isso ressalta que essas comunidades estão desperdiçando uma oportunidade de impulsionar e fortalecer a economia local com apoio do PNAE. Na região da aldeia Bananal, há apenas 1 CAF ativo, porém, este atua no fornecimento de pães, alimento processado sem relação cultural com a comunidade tradicional, esse fato agrava o problema relacionado ao atendimento das diretrizes do PNAE, a regionalização e especificidade da alimentação, por maior que seja a área em que a comunidade está localizada, não há sequer fornecimento de hortaliças, embora haja produtores, estes não fornecem às escolas.

Das três unidades escolares indígenas da rede estadual em Aquidauana, duas na região Taunay-Ipegue e uma na região de Limão Verde, somente a unidade da aldeia Limão Verde fez aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (TABELA 01), embora sejam valores baixos, empenharam em média 5,5% dos valores recebidos para a merenda escolar de 2018 à 2022.

Ano	Escola	Valor Recebido	AF	%
2018	EE INDÍGENA DE EM PASCOAL LEITE DIAS	R\$ 14.162,00	R\$662,31	4,7
	EE INDÍGENA DE EM PASTOR REGINALDO MIGUEL - HOYENÓ O	R\$ 25.404,00	R\$0,00	0,0
	EE INDÍGENA DE EM PROF. DOMINGOS V. MARCOS – MIHIN	R\$ 19.053,00	R\$0,00	0,0
2019	EE INDÍGENA DE EM PASCOAL LEITE DIAS	R\$ 13.724,00	R\$1.480,48	10,8
	EE INDÍGENA DE EM PASTOR REGINALDO MIGUEL - HOYENÓ O	R\$ 13.724,00	R\$0,00	0,0
	EE INDÍGENA DE EM PROF. DOMINGOS V. MARCOS – MIHIN	R\$ 21.900,00	R\$0,00	0,0
2020	EE INDÍGENA DE EM PASCOAL LEITE DIAS	R\$ 14.600,00	R\$698,35	4,8
	EE INDÍGENA DE EM PASTOR REGINALDO MIGUEL - HOYENÓ O	R\$ 8.760,00	R\$0,00	0,0

	EE INDÍGENA DE EM PROF. DOMINGOS V. MARCOS – MIHIN	R\$ 22.776,00	R\$0,00	0,0
	EE INDÍGENA DE EM PASCOAL LEITE DIAS	R\$ 13.280,00	R\$785,66	5,9
2021	EE INDÍGENA DE EM PASTOR REGINALDO MIGUEL - HOYENÓ O	R\$ 8.798,00	R\$0,00	0,0
	EE INDÍGENA DE EM PROF. DOMINGOS V. MARCOS – MIHIN	R\$ 30.046,00	R\$0,00	0,0
	EE INDÍGENA DE EM PASCOAL LEITE DIAS	R\$ 16.856,00	R\$227,48	1,3
2022	EE INDÍGENA DE EM PASTOR REGINALDO MIGUEL - HOYENÓ O	R\$ 61.425,00	R\$0,00	0,0
	EE INDÍGENA DE EM PROF. DOMINGOS V. MARCOS – MIHIN	R\$ 30.083,00	R\$0,00	0,0

TABELA 01: Valores repassados às escolas indígenas da rede estadual de Aquidauana para a merenda escolar e valores gastos com aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (AF) entre os anos de 2018 e 2022.

Fonte: Coordenadoria de Alimentação Escolar (COALE) de Mato Grosso do Sul.

A falta do CAF pode sim ser um empecilho, porém, segundo a Nota Técnica nº09 de 2021/SAF/MAPA, a falta temporária do CAF não deve ser impedimento para a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, primeira participação do produtor pode ocorrer independente deste ter ou não o CAF, fato desconhecido por muitos produtores locais, e até mesmo por gestores escolares.

Diante desses dados, fica evidente a necessidade de incentivar a participação de mais agricultores familiares, especialmente indígenas, no PNAE. Isso pode ser feito por meio da divulgação das oportunidades de participação, simplificação dos processos de cadastro e licitação, e fortalecimento das associações locais.

Dessa forma, além de garantir o fornecimento de alimentos de qualidade para as escolas indígenas, será possível promover o desenvolvimento econômico das comunidades e valorizar suas práticas agrícolas tradicionais, apenas desta forma, a regionalização da merenda escolar será respeitada e garantida através do PNAE, ou seja, para que as diretrizes do PNAE sejam atendidas de maneira plena, devem haver outras linhas de atuação para que a Agricultura Familiar se torne mais participativa e fortalecida, garantindo a alimentação escolar de qualidade para o crescente número de alunos indígenas desta região.

CONCLUSÃO

A alimentação escolar nas comunidades indígenas desempenha um papel crucial na nutrição das crianças, bem como no seu desempenho escolar, entretanto a inclusão da cultura alimentar regional e a aquisição de alimentos dos povos indígenas, ainda é reduzida na realidade de Mato Grosso do Sul.

O número de alunos indígenas tem aumentado no MS, assim como o repasse por aluno do PNAE também aumentou, O município de Aquidauana demonstrou comprometimento com a alimentação escolar e a Agricultura Familiar.

O repasse total do PNAE para o estado teve um aumento de 31,5% em 2023, no entanto, a participação de produtores indígenas é limitada, sendo necessário incentivar sua participação.

A quantidade de Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) foi baixa em Aquidauana em comparação com outras cidades, sendo um possível entrave a comercialização dos produtos indígenas no PNAE e outras políticas públicas.

É fundamental fortalecer a participação dos agricultores indígenas no PNAE para promover o desenvolvimento econômico sustentável, aonde a diversidade cultural e nutricional das comunidades seja refletida na alimentação escolar.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: Presidência da República, 2009.
2. Barreto SS, et al. O papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar na garantia da segurança alimentar e nutricional de escolares no Brasil. Rev Bras Epidemiol, (24)1, 2021.
3. Gonçalves GB, et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: a importância da participação da agricultura familiar na alimentação escolar e na economia local. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, (14)87, 2020.

4. Izidoro GSL, et al. A Influência do Estado Nutricional no Desempenho Escolar. Revista CEFAC, (16)5, 2014.
5. Seminotti JJ. O programa Nacional de Alimentação Escolar. Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, Campo Neutrais. v. 3, n. 3, 2021.
6. Brasil. Histórico: Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Portal do FNDE. 2017.
7. Sa Silva S, et al. A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato, Minas Gerais (Brasil). Revista Espacios, (38)46, 2017.
8. Santos MR, et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: percepções de cozinheiras sobre a formação continuada em alimentação escolar. Revista Brasileira de Promoção da Saúde, (33)1, 2020.
9. Brito SHA. Alimentação escolar em comunidades indígenas: reflexões a partir da experiência no Alto Rio Negro. Revista Brasileira de Educação do Campo, 6(3), 212-225, 2021.
10. Giordani RCF, et al. Políticas públicas em contextos escolares indígenas: Repensando a alimentação escolar. Espaço Ameríndio, (4)2, 2010.
11. Andrade E, Medeiros R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em comunidades indígenas: um estudo de caso no estado de Mato Grosso do Sul. Revista Brasileira de Educação do Campo, 5(1), 84-96, 2020.
12. Chamorro G, Combès I. Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Organizadores: Graciela Chamorro e Isabelle Combès. Dourados, MS. Editora UFGD, 2015.
13. Nascimento JE, Zanon CM. A alimentação escolar indígena no município de Aquidauana-MS: desafios e possibilidades para a promoção da saúde e da segurança alimentar. Nutrire, (41) 1, 2016.

14. Bezerra AV, et al. Educação alimentar e nutricional na escola: um estudo sobre a alimentação escolar em escolas indígenas de Mato Grosso do Sul. *Revista de Nutrição*, (30)3, 2017.
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017. 2017.
16. Dias BL, Escouto SFL. Um breve histórico sobre alimentação escolar no Brasil. *Revista Científica de Ciências Aplicadas da FAIP*, (3) 5, 2016.
17. Nogueira RM, et al. Sixty years of the National Food Program in Brazil. *Revista de Nutrição* (29) 2, 2016.
18. Pedraza DF, et al. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. *Cien Saude Colet* (23)5, 2018.
19. Castro TG, et al. Características de gestão, funcionamento e cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas Kaingáng do Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad Saude Publica* (30)11, 2014.
20. Souza VMG, Villar BS. Hábitos alimentares e produtos ultraprocessados na alimentação escolar: um estudo de caso da Terra Indígena Piaçaguera, São Paulo, Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional* (25)1, 2018.
21. Pessoa MCMB, et al. Programa Nacional de Alimentação Escolar: Adesão de escolares indígenas da terra indígena Buriti, MS, Brasil. *Memorias Convención Internacional de Salud Pública. Cuba Salud*. 2012.
22. Camargo RAL, et al. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Revista Temas de Administração Pública*, (8)2, 2013.
23. Silva JAC. Políticas de educação escolar indígena no Acre. *Educar em Revista* (35). 2019.

24. Corrêa VAS. A agricultura familiar em terras indígenas: desafios para a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas no Brasil. Segurança Alimentar e Nutricional (24), 2017.